

FHC aperta o Congresso para aprovar ajuste

Presidente põe nas mãos dos parlamentares a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da recuperação do País e condiciona a redução dos juros à aprovação das medidas

TÂNIA MONTEIRO
e ISABEL BRAGA

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso fez ontem um duro discurso cobrando a aprovação, pelo Congresso, das medidas de ajuste fiscal e das reformas constitucionais. "Não é hora de recuo, nem de espertezas, nem de palavras vazias", afirmou o presidente, durante solenidade de anúncio de medidas compensatórias para os trabalhadores desempregados. O presidente, após condicionar a redução das taxas de juros à aprovação do ajuste fiscal e das reformas, classificou como "demagogia" a atitude dos que pedem crescimento da economia e redução dos juros, sem dar os instrumentos para isso.

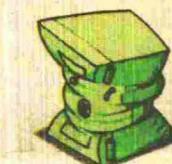
Fernando Henrique disse que não acredita em recessão e defendeu sua tese afirmando que, no ano passado, o crescimento foi de 3,67%, quando diziam que seria zero. "Agora, as cassandas de sempre, sobretudo os opiniônicos internacionais, ditam cifras a torto e a direito, do que tem que fazer", ironizou. "Vamos ver depois", desabafou, justificando que a "obrigação do governo não é fazer prognósticos, é de transformar a realidade e criar condições para que os diagnósticos pessimistas fiquem sufocados neles próprios".

No longo discurso, o presidente disse que, se a oposição pensasse no Brasil, retiraria os três destaques de votação em separado (DVS) da reforma previdenciária, que serão apreciados hoje pelos deputados. O presidente afirmou que as emendas da oposição defendem "privilegios".

Em seguida, apelou aos parlamentares que mantenham a idade mínima de aposentadoria do funcionalismo público em 55 anos para mulheres e 60 para homens. Essa é a emenda que mais preocupa o governo.

Juros continuam altos - Depois da solenidade, ao ser indagado se o governo poderia reduzir os juros "um pouquinho", para dar uma sinalização ao Congresso e facilitar as votações, o presidente foi taxativo: "A economia tem regras, não é assim", disse. "Tem de tomar as medidas primeiros", avisou, em clara sinal de que o governo não reduzirá os juros antes das votações.

"É ilusão pensar que a vontade política do presidente resolve isso", declarou, acentuando que não é decisão do governo que reduz a taxa de juros. "Se resolvesse, eu assinaria aqui um decreto baixando para zero a taxa de juros ou 1%, para não sermos tão radicais", comentou ironicamente.



GOVERNO TEME MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS

mente austeras na gestão da coisa pública, para que possamos a baixar as taxas públicas", prosseguiu. Ele insistiu que quem paga a conta dos privilégios do setor público é o setor privado - "são os trabalhadores, são os empresários". De acordo com o presidente, os destaques da reforma da Previdência que estão pendentes na Câmara só beneficiam o setor público.

Depois de salientar que não é daqueles de se render à primeira dificuldade, o presidente afirmou que está enfrentando os novos problemas com firmeza, com tranquilidade, mas também com esperança. "O governo acredita, firmemente, que nós teremos condições de ultrapassar - nós não é o governo, é o País - essas situações de dificuldades", desabafou, repetindo que, foi reeleito no primeiro turno, anunciando que tomaria medidas duras.

■ Mais informações nas págs. 3 e 4

■ A íntegra do discurso presidencial está na página 10

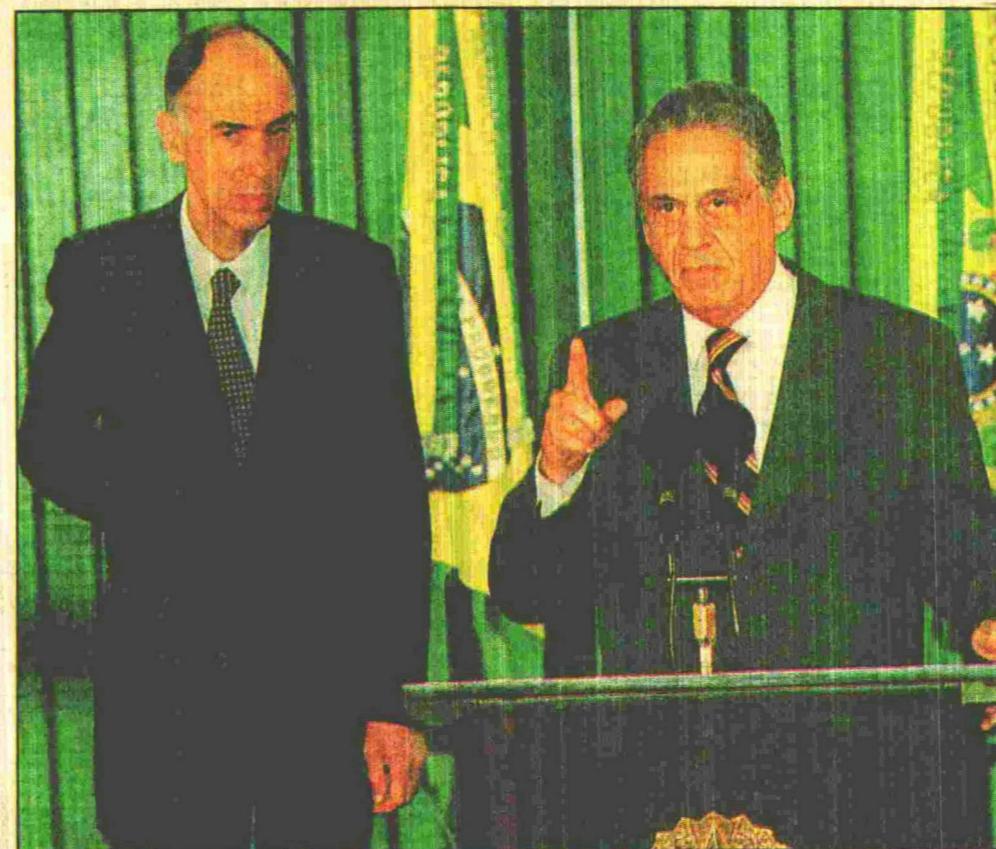
te. E completou: "Se eu fizesse isso apenas teria uma gargalhada universal e uma recusa imediata daqueles que têm recursos para emprestar ao governo, que deve R\$ 50 bilhões a cada ano, basicamente da Previdência." Segundo o presidente, além de gargalhar, o mercado não iria rolar a dívida brasileira e haveria, então, uma explosão inflacionária no Brasil.

Mais reformas - O presidente insistiu que não é simples baixar os juros e afirmou que só não conseguem entender isso os que têm "razões políticas" e não "de interesse nacional". Segundo ele, para baixar as taxas de juros é preciso reduzir, antes, o déficit e para reduzir o déficit é preciso tomar as medidas que estão no Congresso.

"Tenho a convicção de que o Congresso não falhará ao Brasil, como nunca falhou", disse. Para ele, nem mesmo haverá demora nas votações.

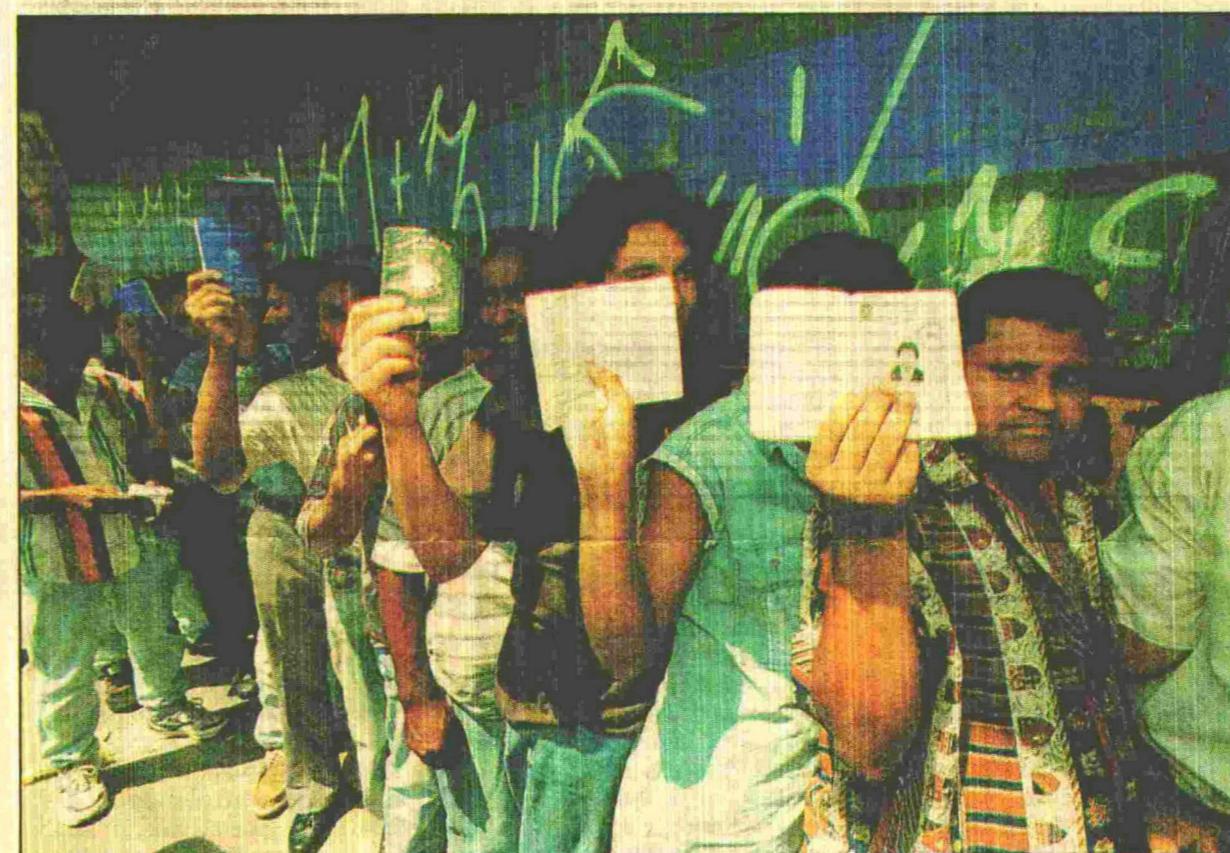
Fernando Henrique espera que, a exemplo do que ocorreu em novembro do ano passado - quando estourou a crise asiática - os parlamentares aprovem logo as medidas propostas pelo governo. "Neste momento, a possibilidade de nós andarmos mais depressa está, outra vez, nas mãos do Congresso Nacional", observou. O mundo todo está olhando para o Brasil e aguardando um sinal de que está disposto a cumprir as metas estabelecidas, disse.

Com semblante pesado, o presidente advertiu que "as reformas não vão parar por aí". "Vamos seguir adiante com medidas extremas



FHC, com o vice-presidente, Marco Maciel, e fila de desempregados (abaixo): presidente anuncia medidas para aliviar a situação do trabalhador sem emprego e diz que vai seguir adiante com medidas austeras na gestão da coisa pública

Wilson Pedro/AE



Epidácio Pessoa/AE

AÇÃO ANTIDESEMPREGO

Resumo das medidas para estimular o emprego assinadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso

✓ Medida Provisória cria um programa de apoio ao trabalhador desempregado entre 12 e 18 meses nas principais regiões metropolitanas, por meio de transferência de renda e participação em programas de qualificação profissional. O benefício será pago em três parcelas mensais de R\$ 100.

✓ A MP também institui a suspensão temporária do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses, durante o qual o empregado participará do programa de qualificação profissional. O custo é financiado pelo empregador. Durante a suspensão do contrato o empregado recebe uma bolsa de qualificação, bancada pelo Fundo

de Amparo ao Trabalhador. A bolsa terá o mesmo valor do benefício do seguro-desemprego. Caso o empregador não reactive o contrato suspenso ou demita o trabalhador, pagará todos os direitos, acrescidos de multa a ser estabelecida na negociação coletiva de no mínimo 100% do último salário pago ao trabalhador.

✓ Projeto de Emenda Constitucional (PEC) altera os artigos 8 e 144 da Constituição que tratam respectivamente do monopólio sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho. O PEC pretende acabar com a unicidade sindical e estimular os acordos coletivos de trabalho.

ArteStudio